

Ass. Constituinte

POLÍTICA

Eleições 86: os políticos, sem pressa.

A eleição de uma Constituinte separada do Congresso Nacional e a dilatação do prazo de desincompatibilização dos candidatos que exerçam funções públicas constituem os dois principais temas que polarizam as atenções dos políticos interessados em concorrer no pleito de novembro de 1986. A ampliação do prazo de desincompatibilização encontra boa acolhida entre os parlamentares, mas desagrada as diversas esferas do Executivo, enquanto a eleição da Constituinte em separado parece descontentar grande parte do Legislativo. Mas não há pressa em resolver essas questões.

O presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, procura conduzir essas propostas com muita cautela e já prometeu reunir a bancada de seu partido para discutir o prazo de desincompatibilização. Ontem, em Curitiba, Ulysses revelou que "ainda estamos examinando a possibilidade de a Constituinte ser eleita independente do Congresso Nacional". Ele entende que o assunto merece "um amplo debate" e não descarta a hipótese de que, em novembro de 1986, sejam eleitos representantes apenas para discutir a Constituição e outros parlamentares que ficariam responsáveis especi-

ficamente pela discussão das leis ordinárias, como sugerem algumas lideranças da própria Aliança Democrática.

Segundo o calendário aprovado na Comissão Mista do Congresso, somente no dia 3 de outubro o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) apresentará, na condição de relator, seu parecer à emenda do presidente Sarney de convocação de eleições para a Constituinte em 15 de novembro de 1986. O relator apresentará parecer à proposta do Executivo e às subemendas formuladas por deputados e senadores — entre as quais a do deputado mineiro Manoel Costa, que inclui num dispositivo o prazo de um ano antes das eleições da Constituinte para a desincompatibilização de ministros, governadores, secretários estaduais, prefeitos e dirigentes de empresas da administração pública, que pretendam candidatar-se. Porém, mesmo rejeitada pela Comissão, a proposta do governo e as subemendas estarão prontas para serem votadas em plenário.

O líder do governo e do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, já admite que o prazo para a desincompatibilização pode ser ampliado — o que é um consenso entre os parlamentares —, mas não para um ano,



Ulysses, estudando a Constituinte autônoma e soberana.

conforme propõe o deputado Manoel Costa. Pimenta da Veiga argumenta que o prazo de um ano antes das eleições obrigará o presidente Sarney a reformar seu Ministério antes mesmo de conhecer os resultados das eleições municipais de novembro próximo. "O mínimo que se pode dar aos governos federal e estaduais é o direito de conhecer os resultados das urnas para reformar seus quadros de assessores", disse.

Mas tanto Pimenta da Veiga como o líder do PFL, deputado José Lourenço, mostram-se favoráveis a uma negociação, capaz de transferir de 15 de novembro deste ano para 15 de janeiro ou 15 de fevereiro do próximo ano o prazo máximo de afastamento de candidatos que estejam ocupando cargos públicos. Ambos comprometeram-se a submeter o problema ao debate de suas bancadas, acatando a decisão da maioria.

Qualquer que seja a decisão, afetará um razoável número de assessores de Sarney. No Ministério, deverão candidatar-se à Constituinte — Câmara ou Senado — Aureliano Chaves, Fernando Lyra, Afonso Camargo, Paulo Lustosa, Carlos Santana, Pedro Simon, Waldir Pires, Aloísio Alves, Almir Pazzianotto, Renato Archer, José Hugo Castelo Branco, Roberto Gusmão e Antônio Carlos Magalhães. Nos Estados há também governadores e secretários que pretendem disputar um mandato na Constituinte.

O ministro Marco Maciel, da Educação, poderá permanecer na Pasta, pois seu mandato de senador só terminará em janeiro de 1990 — ele foi eleito em 1982 para um mandato de oito anos. A ampliação do prazo de desincompatibilização deverá atingir ainda

dirigentes de órgãos da administração direta e indireta, como Marcos Freire, da Caixa Econômica Federal, Mauro Benevides, do Banco do Nordeste, entre muitos outros. E alcançaria também o governador do Distrito Federal, deputado José Aparecido.

A proposta de um prazo de 12 meses para a desincompatibilização já tinha sido apresentada antes pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e rejeitada no início deste ano. Entre os que assinaram a emenda Cardoso Alves, em 1984, figuram os atuais ministros Carlos Santana, Marco Maciel e Paulo Lustosa. Também apoiaram a proposta alguns deputados que atualmente são secretários estaduais, como Leopoldo Bessone (MG), Euclides Scalco (PR), Brando Monteiro (RJ) e até mesmo o atual governador do DF, José Aparecido de Oliveira, ex-secretário de Cultura e ex-ministro de Cultura. O deputado Ângelo Magalhães, irmão do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, também assinou a emenda Cardoso Alves, juntamente com o líder do PFL, deputado José Loureiro, e também o deputado Flávio Bierrenbach, relator da Comissão Mista do Congresso da emenda Sarney, para a convocação da Constituinte.